

CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA: AMPLIANDO PERCEPÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE TERRITORIAL DE PARINTINS, AM, BRASIL

CIUDADES MEDIAS DE LA AMAZONÍA: AMPLIANDO LAS PERCEPCIONES SOBRE LA RESPONSABILIDAD TERRITORIAL DE PARINTINS, AM, BRASIL

MEDIUM-SIZED CITIES IN THE AMAZON: EXPANDING PERCEPTIONS ABOUT THE TERRITORIAL RESPONSIBILITY OF PARINTINS, AM, BRAZIL

Estevan Bartoli

ebartoli11@gmail.com

Universidade do Estado do Amazonas, UEA, Parintins, AM

Tatiana Schor

tschor@ufam.edu.br

Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, AM

José Aldemir de Oliveira

(in memoriam)

jaldemir2013@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas, UFAM, Manaus, AM

Resumo: Objetivamos incorporar novas dimensões às discussões até então realizadas na construção da noção de responsabilidade territorial, inserindo três vertentes que indicam a importância de Parintins no ordenamento territorial sub-regional da Amazônia. Para isso, agrega-se o conceito de Sistema Territorial Urbano-ribeirinho (STUR) e sua proposta metodológica. A primeira vertente incorporada é relativa à presença de instituições na cidade, propiciando outras formas de organização social como os coletivos organizados que se beneficiam dessa densidade de relações territoriais, ressaltando o papel de mediação política. A segunda refere-se à função de Parintins enquanto centro distribuidor comercial sub-regional consolidado por meio do fortalecimento de empresas comerciais e sistemas territoriais de distribuição por transporte fluvial. Por fim, a responsabilidade ambiental que decorre da intensificação da absorção de produtos regionais pela cidade relacionados aos principais sistemas territoriais existentes na cidade: madeira e pesca.

Palavras-chave: sistemas territoriais, mediação política, comércio sub-regional.

Resumen: Nuestro objetivo es incorporar nuevas dimensiones en las discusiones mantenidas hasta ahora en la construcción de la noción de responsabilidad territorial, insertando tres líneas que indican la importancia de Parintins en el ordenamiento territorial subregional en Amazonia. Para ello, se añaden el concepto de Sistema

Territorial Urbano-Ribera (STUR) y su propuesta metodológica. La primera es relativa a la presencia de instituciones en la ciudad, propiciando otras formas de organización social como los colectivos organizados que se benefician de esa densidad de relaciones territoriales, resaltando el papel de mediación política. La segunda se refiere a la función de Parintins como centro distribuidor comercial subregional consolidado por medio del fortalecimiento de empresas comerciales y sistemas territoriales de distribución por transporte fluvial. Por último, la responsabilidad ambiental que ocurre por la intensificación de la absorción de productos regionales por la ciudad relacionados a los principales sistemas territoriales existentes en la ciudad: madera y pesca.

Palabras clave: Sistemas territoriales, Mediación política, Comercio subregional.

Abstract: We aim to incorporate new dimensions into the discussion hitherto held in the construction of the notion of territorial responsibility. In order to do so, we inserted three strands that indicate the importance of Parintins in the Amazonian sub-regional territorial system. For this, the concept of the Urban-Riverside Territorial System (STUR) and its methodological proposal are added. The first is related to the presence of institutions in the city, providing other forms of social organization such as organized collectives that benefit from this density of territorial relations, emphasizing the role of political mediation. The second refers to the role of Parintins as a consolidated sub-regional commercial distributor through the strengthening of commercial companies and territorial river distribution systems. Finally, the environmental responsibility that occurs due to the intensification of regional product absorption by the city related to the main existing territorial systems in the city: timber and fishing.

Keywords: Territorial Systems, Political Mediation, Sub-Regional Trade.

INTRODUÇÃO

Frente ao conjunto de interpretações acerca dos papéis e funções que as cidades na Amazônia possuem no ordenamento territorial (BECKER, 2009; 2013; COSTA, 2009; TRINDADE JUNIOR, 2010; BITOUN, 2009) ou na formação de redes urbanas (MACHADO, 2005; OLIVEIRA; SCHOR, 2011, BROWDER; GODFREY, 2006), o presente texto propõe ampliar a discussão sobre os papéis mediadores de influência, polarização e centralidade de espaços sub-regionais, mais especificamente a partir de estudos sobre a cidade de Parintins no Baixo Amazonas (AM). A proposta teórico-metodológica se embasa no conceito *cidade média de responsabilidade territorial* (SCHOR; OLIVEIRA, 2016) incorporando à discussão do *Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho* (BARTOLI, 2017; 2018a).

As cidades de responsabilidade territorial exercem funções estratégicas na rede e região que vão além das suas características em si, pois tornam-se *locus* de visibilidade dos atos invisíveis, locais de disputa não só no plano das lutas pela terra, pelo uso dos recursos, mas também e principalmente locais da disputa no plano do simbólico. São nestas cidades de responsabilidade territorial que se dá a sobreposição de vários territórios, tanto os constituídos quanto os em processo de destruição, reconstrução ou de constituição e reconstituição.

Pretendemos especificar que o conceito de território e as correntes teóricas atreladas à abordagem territorial podem contribuir aos estudos urbanos na Amazônia. O conceito de território torna-se útil nesse sentido, pois possui em sua composição as dimensões ligadas às estruturas de poder, atreladas às dimensões econômicas, políticas, culturais e

naturais - EPCN (SAQUET, 2007; 2011; RAFFESTIN, 1993; DEMATTEIS, 2005). Em pesquisas recentes (BARTOLI, 2018a; 2018b; SILVA, 2018; FREITAS, 2018), outras dimensões salientam a ampliação da influência de Parintins no ordenamento territorial subregional, propiciando categorizar as funções que a cidade cumpre.

Objetivamos neste texto incorporar novas dimensões às discussões até então realizadas na construção da noção de responsabilidade territorial, inserindo três vertentes que indicam a importância de Parintins no ordenamento territorial subregional. Para isso, agrega-se o conceito de *Sistema Territorial Urbano-ribeirinho* (STUR) e sua proposta metodológica, permitindo a sobreposição multiescalar de elementos que compõe o urbano na Amazônia. Estes elementos muitas vezes são tratados em separado devido ao uso dicotômico das noções de cidade-campo e/ou rural-urbano. O estudo das dinâmicas socioambientais na Amazônia tem mostrado que estas categorias não são adequadas para se compreender os processos contemporâneos de urbanização que (re)configuram o território.

No primeiro momento, apresentamos critérios de análise do STUR, delineando a proposta metodológica para compreender as dinâmicas de redes locais de sujeitos pertencentes à economia popular que, interligam e sobrepõem o “urbano ao ribeirinho”, complementando a economia local (BARTOLI, 2017; 2018a).

No segundo item, apresentamos como a dimensão Político-Institucional existente em Parintins propicia aumento da densidade de relações territoriais pela presença de instituições diversas e novas formas de atuação política das redes de sujeitos locais que tem alterado o ordenamento territorial das áreas de entorno.

No terceiro item, apresentamos como o fortalecimento de empresas comerciais locais (capital mercantil) diversificou atividades e expandiu influência para áreas do entorno, causando intensificação da distribuição de produtos industriais através da navegação fluvial, conformando a rede urbana para além do estado do Amazonas, atingindo municípios do oeste paraense.

Por fim, elencamos os sistemas territoriais presentes na cidade que tem contribuído para o aumento do processamento e absorção de produtos regionais (retirada de madeira ilegal e pesca), na produção pecuária que tem impactado no aumento do desmatamento do entorno da sede municipal, e no declínio do estoque pesqueiro e madeireiro, repercutindo a responsabilidade ambiental que a cidade exerce.

A partir destas três dimensões presente no modelo STUR a noção de ‘responsabilidade territorial’ é ampliada com conteúdos, consolidando uma nova abordagem para o entendimento da Amazônia.

A PROPOSTA METODOLÓGICA DO SISTEMA TERRITORIAL URBANO-RIBEIRINHO - STUR

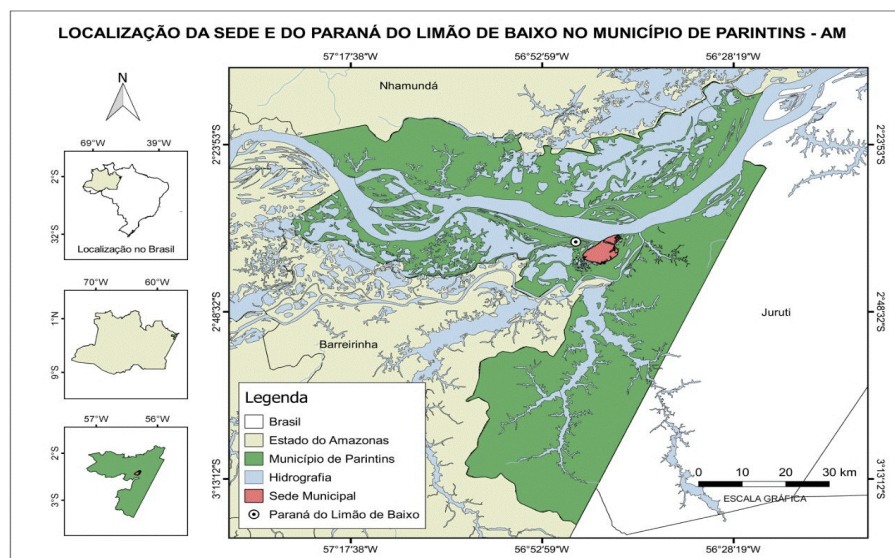
A contínua e acelerada reprodução de espaços urbano-regionais com constantes fluxos migratórios, êxodo, consolidação e crescimento das cidades, remete abordar conceitos, reinterpretados a outros contextos, como os de território e territorialidade (DEMATTEIS, 2005;

SACK, 2013; RAFFESTIN, 2009; RAFFESTIN; BRESSO, 1979; SAQUET, 2011). Um espaço se faz território a partir de processos de apropriação, influência, controle e dominação, por isso, territórios devem ser entendidos como múltiplos em suas relações, manifestações e organizações. O território não está vinculado apenas a sua esfera político-administrativa; antes envolve relações simbólicas, culturais e econômicas, assim como o modo como as pessoas fazem uso do seu espaço e dão significado ao lugar (HAESBAERT, 2012).

Tais aportes teóricos nos fornecem alicerce para apontamentos em nossa investigação sobre a capacidade das redes de sujeitos pertencentes à economia popular em cumprir importante papel de interconexão com interiores (comunidades, Terras indígenas, Unidades de Conservação, Terras de assentamentos do INCRA, etc.). A dinâmica ribeirinha é ampliada por ser relacional - é tanto do ponto de conexão enquanto fluxo para formação de redes, quanto da materialização do projeto de cada grupo embasado nas 'facilidades' e possibilidades que a cidade oferece.

O STUR demonstra o comportamento espacial dos circuitos da economia popular inseridos em contexto específico, ocorrendo práticas espaciais cujo recorte analítico prioriza áreas de influência da cidade de Parintins. Apesar de privilegiar a dinâmica sub-regional e intraurbana, considerar dinâmicas transescalares é imprescindível, necessitando de estudos futuros para melhor detalhamento dessas complexas relações existentes entre a rede urbana regional (com forte influência da metrópole Manaus em disputa com a rede urbana paraense), e escalas nacionais e globais. Tais conexões acabam sendo evidenciadas pelo tipo de bens industrializados que são distribuídos por Parintins, vindos da capital amazonense, e outras regiões a partir de Santarém e Belém no Pará. A Figura 1 apresenta o sítio e situação de Parintins, com sede municipal composta por arquipélago fluvio-lacustre e boa navegabilidade situada no rio Amazonas (eixo logístico entre as metrópoles regionais) e demais bacias hidrográficas circunvizinhas, propiciando facilidade de fluxos entre cidades menores do entorno.

Figura 1. Localização do município de Parintins, AM.



Fonte: PRODES/INPE (2015)

Resumidamente, o papel mediador que o STUR abrange aparece em cinco vertentes: i) zonal e topológico: conectando a cidade por meio de redes temáticas a pontos diversos do entorno sub-regional pela navegação fluvial; ii) produção e configuração de fragmentos do espaço intraurbano constituindo fixos úteis para a navegação, por exemplo; iii) econômico dual e complementar: sendo dinamizado principalmente pela economia popular mas em interação constante com as esferas de valorização do capital mercantil dominantes na cidade (saltos escalares ocorrem em relações diversas que ultrapassam a sub-região); iv) organizacional e institucional: outros tipos de coalizão de sujeitos ganham relevância (cooperativas, associações, colônias de pescadores, etc.), mediando ações que se desdobram em práticas sobre o território; v) simbólico-cultural: traços da cultura cabocla e ribeirinha, indígena ou de conhecimentos populares são absorvidos e resignificados pela inserção ao processo urbano. Pela natureza dos dados apresentados, detalharemos aspectos das vertentes i, ii, iii e iv nos subitens seguintes. As demais são apresentadas em Bartoli (2017; 2018a; 2018b).

O STUR é necessário para funcionamento das atividades realizadas no sistema territorial mercantil dominante, sendo impulsionado e explorado pelo mesmo. É possível afirmar, portanto, que há formação de um *Sistema Territorial Urbano-Fluvial* (STUF), atrelado a esse capital mercantil¹, que cada vez mais se sobrepõe e absorve dinâmicas ribeirinhas. Isso é perceptível pela apreensão da paisagem e mapeamento de usos do solo urbano beira-rio associado aos relatos dos pescadores (exercícios de cartografia participativa em BARTOLI, 2017). Usamos o termo 'fluvial' considerando que para os sujeitos que impulsionam esse sistema os rios são usados primordialmente para *circulação* de mercadorias, sendo um sistema vinculado a atividades ligadas a relações escalares diversas, principalmente com a metrópole Manaus. Não há intenção de manter práticas diárias que tenham no rio um aspecto simbólico, cultural/identitário, lúdico ou para subsistência (ribeirinho),

Grupos empresariais locais configuram o STUF, tendo a cidade com nodosidade para extração de recursos naturais e base de ações onde: i) há rebatimento espacial, pois possuem maior poder de organizar espaços partindo da posse de lotes e glebas, materializados principalmente nos portos, o que confere maior extração de renda (BARTOLI, 2018b); ii) incentivam circuitos econômicos geradores de maior impacto ambiental em extensas áreas a partir de ações como extração de madeira, areia, seixo e criação de gado, búfalos, pesca comercial, etc.; iii) uso de embarcações: grandes balsas de carga, balsas de combustíveis, empurradores, barcos tanque de gasolina, barcos grandes de ferro, lanchas e iates de veraneio².

Apesar de também afetados pelos ciclos da natureza (sazonalidade fluvial, principalmente), o STUF possui maior margem recursiva para minimizar esses efeitos. Destaca-se

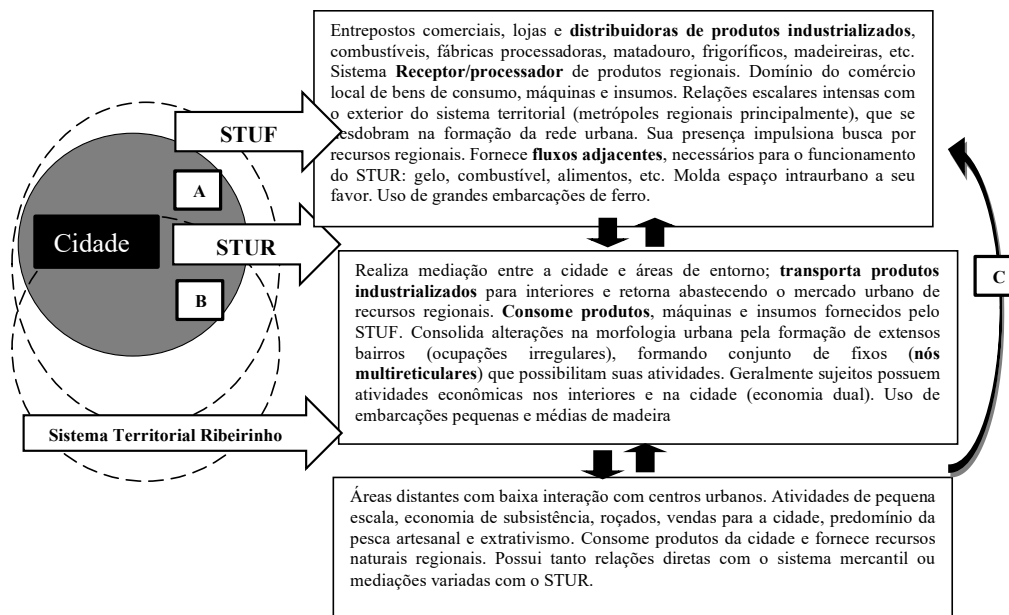
1 Há variada pulverização dos investimentos do chamado capital mercantil, que em constante metamorfose se adapta a diversas circunstâncias e cenários. No caso de Parintins, tais esferas também se aproveitam do *boom* gerado pelo sucesso do Festival Folclórico, se inserindo em atividades hoteleiras, redes de supermercados, agências de turismo, empresas de locação de equipamentos de som e iluminação, etc.

2 Deixaremos de lado os cargueiros utilizados para transporte de produtos produzidos pelo Polo industrial de Manaus e os transatlânticos de turistas que ancoram em Parintins, pois exigiriam ampliação dos sistemas atrelados a outras frações do capital, sendo tema de pesquisas futuras.

a posse dos terrenos frontais da cidade com acesso permanente ao rio Amazonas e pela natureza das embarcações e lugares acessados. Não necessitam transitar por furos, parâns menores ou lagos para busca de recursos (delegam isso ao STUR!). Exemplo marcante ocorre na comparação entre os portos do STUF que se localizam nos terrenos frontais da cidade (rio Amazonas perene e de navegação constante), e as beiras de rio do STUR com flutuantes (marina de bairros populares) situados em lagos periféricos da cidade, sujeitos às secas que impedem o acesso via navegação. Essa produção desigual do espaço afeta a mobilidade de populares que sofrem por deixar suas embarcações longe de suas moradias na seca, necessitando pagar por vigilância.

De maneira resumida, apresentamos na Figura 2 a interação e composição entre os sistemas. As circunferências pontilhadas (permeabilidades e interpenetrações) representam a abrangência dos sistemas e interações entre STUR e o STUF, atingindo sistemas territoriais ribeirinhos com pouca interação com a cidade. Cada vez mais o STUR e o STUF se complementam, interpenetram. Isso ocorre com a aceleração dos processos de urbanização, intensificação da demanda por recursos naturais na cidade, e propagação do modo de vida e consumo urbano.

Figura 2: Conexões entre os sistemas territoriais mediados pela cidade. A - Tensões e conflitos: produção do espaço urbano (ênfase nas beiras de rio); B - Híbridização: elaboração de soluções criativas e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradia, tipos de embarcações e outras formas espaciais perceptíveis em bairros populares; C - Absorção direta de produtos regionais dos interiores pelo STUF com baixa mediação urbana.



Fonte: Bartoli (2018a).

O uso da abordagem territorial pode fornecer boas contribuições para analisar o caráter relacional e processual em estudos sobre cidades na Amazônia. O sistema de análise multidimensional presente na abordagem territorial (RAFFESTIN, 1993; DEMATTEIS, 2005; 2008; SAQUET, 2007; 2011), abrange a dimensão EPCN. Nesse sentido, se evidenciam lutas por sistemas de apropriação, valoração e representação, carregadas de intencionalidade

dos sujeitos que disputam trunfos para o ordenamento do território. Tal método é bem pouco utilizado nessa problemática, principalmente questionando o papel que elas exercem para facilitar ações de redes de sujeitos variados.

Os procedimentos metodológicos que permeiam as reflexões e dados apresentados nos itens seguintes foram desenvolvidos em Bartoli (2017) com posterior calibragem metodológica e continuidade em Bartoli (2018a; 2018b), seguindo os seguintes critérios:

- a) Relação histórico-cultural e relações com o sítio e situação da cidade: objetiva analisar a formação das redes de sujeitos frente aos processos históricos recentes e suas relações com a cidade formando territorialidades;
- b) Relação com os recursos locais, capacidade de processamento e relações com o *milieu*: objetiva diagnosticar pressão exercida sobre estoque de recursos e descrever tipos de técnicas empregadas enquanto tecnologia social, trabalho novo ou tipo de mercadoria socialmente relevante para a sociedade local;
- c) Abrangência da área de atuação e influência econômica e capacidade de ativação de pontos no território: averiguar e descrever as práticas espaciais; tecer análise da distribuição espacial do capital territorial ativado; averiguar a capacidade de reconstruir ligações em redes; delimitar área e circunscrição dos circuitos espaciais de produção, circulação e consumo;
- d) Autonomia relativa frente às redes locais de poder e a capacidade de criar relações em escalas variadas: analisar se o grupo possui autonomia relativa frente às redes locais de poder descrevendo aspectos da coesão e recorrência/intensidade das ações e grau de institucionalização que combinam diferentes formas de organização.

A coleta de dados ocorreu através de entrevistas a líderes de coletivos organizados (colônia de pescadores, associações, cooperativas, etc.) e proprietários e funcionários de empresas comerciais, com aplicação de formulários e oficinas de cartografia social participante, além da consulta a sítios de internet e visitas a instituições locais. Foram entrevistados 114 proprietários de embarcações regionais médias pertencentes à economia popular, visando entender a composição e natureza dos fluxos e fixos que compõem a rede urbana sub-regional a partir de Parintins.

AMPLIANDO PERCEPÇÕES SOBRE OS PAPÉIS DE PARINTINS: MEDIAÇÕES POLÍTICAS E INSTITUCIONAIS.

Apresentamos neste item aspectos sobre densidade de relações institucionais e organizacionais de Parintins que denotam importância em sua responsabilidade territorial. A cidade que estabeleceu atividades econômicas pela intensa dinâmica ribeirinha, sempre foi condicionada por seu sítio composto por arquipélago fluvial, mas redinamizada pela inserção em relações escalares e conexões na rede urbana regional, nacional e global, passando também a ser palco das ações de uma série de redes de sujeitos locais, que aumentam seu grau de responsabilidade, social no caso.

A partir do processo de reterritorialização na cidade, coletivos organizados constroem novas formas de organização que ultrapassam formas tradicionais como sindicatos ou partidos. Surgem assim diferentes instituições locais (tipos de associativismos, cooperativas, redes de mobilização e comércio solidário) que combinam diversas formas de territorialidades, seja na organização, institucionalização, mobilidade, tipo de produção ou estratégias de escalas de atuação.

Pertencente à ciência econômica, o viés institucionalista insiste na capacidade – dialética, nas palavras de Muls (2008), de equilibrar forças heterônomas às variadas reações autônomas³. Para Muls (2008, p.82) “há valorização de formas intermediárias de coordenação como as instituições e os organismos locais para o desenvolvimento territorial”. A partir da obra de Boyer (2001), o autor valoriza a compreensão de sistemas que combinam instituições econômicas, sociais, culturais e políticas cujas interações mudam durante o tempo. Além do Estado e do mercado, existiriam outras quatro formas intermediárias de coordenação: i) a comunidade, com sentimento de pertencimento enquanto *locus* da confiança, coesão social, com traços de solidariedade, mas com papel limitado para promover inovações; ii) as redes de diversas modalidades (sociais, econômicas e políticas), que são mais inovadoras e úteis desde que estáveis, destacando que a constituição de redes é a essência do desenvolvimento; iii) associações de interesse econômico e político, contendo caráter ambíguo, pois fornecem serviços e bens, mas cooptam renda; e iv) as firmas de interesse individual, produtivas e ordenadoras da divisão do trabalho.

Os exemplos estudados em Bartoli (2015; 2017; 2018a) averiguaram a natureza das redes de sujeitos locais em Parintins, cujas atividades econômicas foram interpretadas enquanto Sistemas Territoriais que apresentam, em determinados momentos, combinação entre tais formas de mediação. Salienta que práticas espaciais e estratégias existentes estabelecem relações com o território local onde o ambiente da cidade é o meio que permite ativações também intangíveis, formando capital social e densidade de relações institucionais, partindo para novas conjecturas associadas a projetos com intencionalidades delimitadas.

A presença de instituições na cidade denota enorme diferencial para formação de novas redes de sujeitos mediadores no ordenamento territorial: apoio produtivo, melhoramento técnico, formação de redes de vendas, e facilitação do aprendizado coletivo. No caso de Parintins observa-se a presença de empresas de prestação de consultoria e serviços de apoio a produtores desenvolvido por duas organizações: a UNISOL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) e a COOTEMPA (Cooperativa de técnicos em Agropecuária de Parintins). Ambas trabalham com diversos grupos, entre os mais importantes a Colônia de Pescadores Z17 de Parintins (CPZ-17) e o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), ambos já consolidados e com boa projeção de ações no nível organizacional, alcançando resultados satisfatórios (BARTOLI, 2017).

3 A percepção da reação autônoma é feita quando deslocamos o foco da análise das funções macroeconômicas em direção às estratégias individuais e coletivas dos atores. Essas estratégias só passam a ter sentido como reação autônoma quando podemos identificar sua convergência e sua coerência em torno de uma dinâmica de reação. Há, portanto, um jogo dialético permanente entre as restrições impostas pela heteronomia e as reações autônomas, cujo espaço de ação é o território (MULS, 2008).

As entrevistas realizadas⁴ deixaram claro que os sujeitos que compõem tais coletivos percebem que a mobilização, mesmo que frágil e incipiente ou desprovida de instrumentos de governança, representatividade política local e políticas públicas mais sólidas, é passo inicial para formação do projeto e fortalecimento dos grupos. As associações e cooperativas existentes refletem a divisão territorial do trabalho e a complexa articulação do meio urbano na construção de territórios diversificados, com influência e processamento de recursos ou mobilização para reconhecimento de demandas sociais.

A UNISOL, em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), vem construindo diálogo para incentivar a reorganização da estagnada Associação dos Trabalhadores da Indústria Naval de Parintins para criação da Cooperativa dos Produtores Navais de Parintins⁵. Apóia também a transição da Associação de Moveleiros de Parintins (AMOPIN) para uma futura cooperativa.

A densidade institucional ainda é recente. A presença da EMBRAPA, Universidades e Instituto Federal requer mais tempo para que essas formas de organização coletivas se insiram na cultura local. A rápida derrocada do ciclo da juta a partir de 1970 não permitiu que houvesse maior ganho de experiência a partir da Cooperativa dos Juticultores de Parintins (COOPJUTA). Isso não possibilitou aprendizado organizacional coletivo que servisse de base para outras formas associativas de produtores.

O papel de intermediação na cidade é também político. Não se restringe à dimensão produtiva e técnica, pois inúmeras negociações, conflitos, pactos e alianças são basilares para a concepção da territorialidade ativa (DEMATTEIS, 2005; GOVERNA, 2005). Um exemplo emblemático ocorreu a partir da Colônia Z-17 de Pescadores de Parintins, onde vários acordos de pesca foram negociados e instituídos junto ao IBAMA, correspondendo a verdadeiro ato de territorialização a partir do ambiente de conflito e negociação na cidade. Culminou na restrição do acesso de barcos frigoríficos vindos do Pará (principalmente Santarém) que realizavam captura de pescado em dezenas de lagos da região, causando escassez de pescado às comunidades locais.

Nesse contexto, o espaço urbano é por excelência o *locus* de negociação e nele estão congregados interesses territoriais distintos (STEINBERGER; TAIGUARA, 2004) e articulações políticas variadas⁶. Novas redes se formam em topologias e topografias variáveis que determinam a posição de seus nós e suas condições de acesso às variadas conexões, usando o território na acepção de Milton Santos, onde cada ramo do mercado tem um comportamento diferente e produz uma topologia própria, “isto é, uma distribuição no território, mas também o uso do território e demandas relacionadas a esse uso. Devem ser

4 Em parceria com a UNISOL foi realizado o primeiro encontro de Carpintaria Naval de Parintins e passamos a conhecer representantes de outros coletivos organizados que vem adensando seus projetos a partir da cidade.

5 Realizado a partir do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM), em dezembro de 2015 na Universidade do Estado do Amazonas, o Primeiro Encontro de Carpintaria Naval de Parintins.

6 Novas territorialidades são produzidas em diferentes escalas, relacionadas tanto a padrões de usos do solo tradicionais, quanto na expansão da agricultura capitalizada e nos vetores tecno-ecológicos associados aos usos alternativos dos territórios (BECKER, 2013). Nesse contexto, emergem mediações importantes como a pioneira Cooperativa Agroextrativista de Xapuri (AC), que atua em uma Resex (Reserva Extrativista), entre tantas outras. Uma forma organizacional influenciando determinada base territorial. Em Parintins, a cidade passa a abrigar uma série de novas mediações que estão reordenando territórios como demonstraremos a partir dos estudos de caso.

considerados os conflitos entre classes, os conflitos entre localidades e áreas e os conflitos entre velocidades, dentro do território” (SANTOS, 2004, p. 20).

Essas tensões no território se acentuam pelo movimento constante nas redes de sujeitos com interesses distintos. São incentivadas formas de manejo, extração e processamento de produtos regionais que ‘atravessam’ a cidade. A madeira ilegal busca mecanismos para se tornar legal (como falsificação de documentos de origem) financiando redes de poder locais pelo alto valor, mas ainda exportadas com processamento mínimo ou usadas na produção de móveis no polo moveleiro de Parintins. Isso repercute na responsabilidade ambiental discutida adiante.

Outro exemplo de recurso regional que ‘atravessa’ a cidade ocorre com o guaraná no Consórcio de Produtores Sateré-Mawé (CPSM), que ganha apoio de pesquisadores e ONGs internacionais na distribuição em redes de comércio alternativos da Itália (*Altromercato*) e França (*Guayapi*). Nesse caso, a cidade se torna território indígena possibilitando saltos escalares buscando evitar a submissão histórica às redes locais de poder (BARTOLI, 2015).

Essas relações de poder mediadas pelas redes de sujeitos com base de atuação na cidade qualifica o termo territorial no seu sentido clássico relacionado aos casos estudados - capacidade de influenciar configurações de uso no espaço delimitando territórios, delineando a relação entre STUR/STUF.

A presença institucional associada a arranjos produtivos é de suma importância para repensar possibilidades de desenvolvimento regional com base urbana. Bertha Becker, em texto para o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (BECKER, 2009), preocupou-se em criar critérios para seleção das cidades que serviriam de lugares centrais para a re-dinamização das áreas de influência e formação da rede urbana, enfocando: a) presença da experiência local – aglomerações produtivas; b) presença de parcerias com entidades governamentais e/ou empresas representativas das dimensões científico-tecnológica e institucional; c) acessibilidade mínima; d) localização estratégica para conter o desmatamento. O Quadro 1 atualiza os dados fornecidos no texto do CGEE (2009) e associa a presença de instituições locais no município de Parintins.

Quadro 1: Instituições de ensino, pesquisa e arranjos produtivos de Parintins.

Categoria	Instituições e DetalhamentoS
C&T(1)	<p>Universidade do Estado do Amazonas - Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP-UEA) com corpo docente com 82 professores e 1.159 alunos. Cursos: Ciências Biológicas, Ciências Econômicas, Física, Geografia, História, Letras - Língua Portuguesa, Matemática, Pedagogia, Pedagogia (Licenciatura Intercultural Indígena), Química.</p> <p>Universidade Federal do Amazonas - UFAM, com um corpo docente composto por 69 professores, abriga 1.279 alunos distribuídos nos cursos Administração, Artes Plásticas, Comunicação Social/Jornalismo, Educação Física, Pedagogia, Serviço Social e Zootecnia;</p> <p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM: Técnico em Administração, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Recursos Pesqueiros; tem 03 turmas de ensino a distância, sendo 01 turma de Agentes de Saúde, 01 turmas de Eventos e 01 turma de Rede de Computadores;</p> <p>EMBRAPA - Assessoria e pesquisas junto a produtores locais;</p> <p>SENAI - Cursos profissionalizantes.</p> <p>SENAC - Cursos profissionalizantes.</p>
Aspectos logísticos (2)	<p>Fluvial: Posição estratégica na calha principal do rio Amazonas, contando com porto flutuante, mas sem capacidade para receber navios de grande calado; Amplo sistema de transporte via embarcações de ferro (navios), balsas de ferro, e principalmente as regionais tradicionais de madeira, em grande parte ligadas à economia popular (BARTOLI, 2018a).</p> <p>Aérea: voos diários para Manaus a partir da empresa aérea MAP;</p> <p>Terrestre: estradas de terra ligando a Vila Amazônia (distrito de Parintins na divisa com Pará) a Juruti (PA) com sérias restrições de tráfego no período chuvoso.</p>
Presença de arranjos produtivos (3)	<p>Pecuária: terceiro município produtor de gado e presença de matadouro municipal;</p> <p>Guaraná: 2 consórcios de produtores e processamento de produção local;</p> <p>Madeira: 4 madeireiras e 82 produtores de móveis (pequenas e médias empresas);</p> <p>Pesca: Colônia de Pescadores (Z-17), Sindicato de Pescadores e 3 empresas médias de processamento e exportação (Frigoríficos);</p> <p>Indústria cultural(4): 6 estúdios de gravação de áudio, 3 empresas de produção audiovisual; associações de artistas; Presença do <i>know-how</i> artístico devido ao Festival Folclórico com duas agremiações dos bois-bumbás.</p>

Fonte : Bartoli (2017).

Parintins, nesse sentido, torna-se também mediadora simbólica na transformação de uma expressão cultural tradicional (boi-bumbá) enquanto espetáculo a ser comercializado e vendido, sendo uma verdadeira ‘indústria do boi’.

RESPONSABILIDADE DE DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL E A SUB-REGIÃO DE INFLUÊNCIA

Aqui pretendemos demonstrar como a cidade se posiciona enquanto nó de distribuição de produtos industrializados a partir do fortalecimento de empresas comerciais, que tem expandido sua atuação, redefinindo e consolidando áreas de influência, assim como reconfigurando o espaço intraurbano. Salienta-se que tais empresas mercantis que compõem o STUF dependem do Sistema Territorial relativo à economia popular (STUR) para que tal distribuição ocorra.

Segundo Becker (2013), a maioria das cidades na Amazônia, por terem experimentado apenas um surto de crescimento econômico, não alteraram seus conteúdos, estrutura e complexidade, permanecendo na condição de lugares centrais, não possuindo hinterlândia organizada. A autora sinaliza que, ao contrário do estabelecido pela Teoria dos Lugares Centrais, o processo de consolidação dessas cidades não leva à regularidade espacial da influência desses fluxos, onde as condições naturais das cidades na Amazônia provavelmente

criam localizações de núcleos dispersos, enquanto que diferenciações sociais para o comércio podem criar padrões regionais de agrupamentos de cidades. Tais afirmações merecem ponderações quando tratamos de cidades médias. Concordamos que no entorno destas não há formação de hierarquia com núcleos secundários complementares que possuam maior complexidade de funções econômicas e na prestação de serviços (Parintins ou mesmo Tefé), mas possuindo núcleos menores com funções reduzidas com papéis diferenciados (cidades pequenas, comunidades de portes variados, Agrovilas, Distritos, etc.).

Tais núcleos urbanos como as Agrovilas do Mocambo e Cabury (com 9.834 e 2.596 habitantes respectivamente, situados a oeste da sede Parintins) e Vila Amazônia (3.770 moradores) e a comunidade do Bom Socorro, com 2.100 moradores (leste da sede), são os nódulos do entorno mais citados nas entrevistas realizadas nas empresas comerciais distribuidoras de Parintins (SILVA, 2018), funcionando como entreposto de distribuição para centenas de outras comunidades menores do entorno. Esses aspectos trazem novas perspectivas para estudos futuros indagando os papéis de distribuição e consumo desses núcleos menores que orbitam sob a influência de cidades médias cumprindo funções variadas.

Diversas cidades pequenas na Amazônia vieram desenvolvendo sistemas territoriais a partir de frações do capital mercantil associadas a setores da chamada economia popular, utilizando as cidades enquanto nós multireticulares para extração (com raros processamentos), de recursos regionais. Já as cidades médias, além de realizarem tais funções, executam papéis mais amplos como frisos (serviços educacionais, bancários, saúde, simbólico-culturais, etc.), além de distribuir produtos industrializados para áreas interioranas. Alguns produtos são essenciais para que esses sistemas territoriais funcionem, como o comércio de alimentos, gelo e combustíveis. Estudos de caso sobre Parintins revelaram regularidade espacial dos fluxos devido atuação de sistemas mercantis dominantes (que compõem o STUF) que se utilizam do STUR para distribuição a partir do transporte fluvial, onde outros tipos de hinterlândias se desenham, requerendo metodologia específica como aponta Bartoli (2017; 2018a).

Se a extração de recursos naturais ligada à demanda urbana ou mercados externos aumenta, a demanda por pessoas dispostas a navegar, praticar extrativismo ou realizar cultivos agrícolas diversos também cresce. Isso intensifica a necessidade da mediação entre território-cidade-mercado dinamizada pela circulação fluvial. Os ciclos passados em Parintins são bons exemplos - extração do óleo de pau-rosa (fixador para perfumes), cultivo de juta e malva (fibras) - ou na atual extração madeireira e pesca. Tais conhecimentos (saber navegar, transitar e explorar o território num sentido zonal/areal), passam a ser apropriados a serviço de setores mercantis da cidade, direta ou indiretamente. As diversas modalidades de retorno às áreas interioranas para complementação de renda e manutenção de atividades diversas por populares são mais intensas do que se imagina.

No STUF, madeireiras, frigoríficos e empresas comerciais costumam contar com apoio de prefeitos, consolidando setores dominantes nas cidades, modelando a paisagem por meio de fixos diversos (portos particulares e galpões, por exemplo, exemplificados no Quadro 2). A maneira com que esse sistema dominante se beneficia das redes de sujeitos pertencentes ao STUR denota ao termo *territorial* seu sentido clássico associado às relações de poder, pois redes de atores sintagmáticos (RAFFESTIN, 1993) acabam influenciando a configuração de frações do espaço em benefício próprio.

Frente a esses reveses, o comportamento espacial a partir de sistemas territoriais mercantis e populares dessas cidades (ribeirinhas ou cidades médias com forte dinâmica ribeirinha), aparece como problema central, uma vez que são poucas as cidades dinâmicas favorecidas pelo comércio associado à sua posição e situação, como no caso de Parintins.

Apesar do predomínio do sistema técnico de transporte fluvial, as inovações técnicas ou tecnológicas do setor são tímidas e ainda as rústicas embarcações tradicionais de madeira que compõem o STUR são as mais numerosas na distribuição de produtos a partir de Parintins. Tais temáticas estão presentes em estudos sobre cidades médias indagando a maneira com que são inseridas na rede urbana pela natureza dos fluxos.

Da perspectiva das escalas mais amplas, quando se consideram os fluxos que abasteçam uma cidade média, como ponto de consumo regional, há, ainda, determinações definidas pela situação geográfica, em seu sentido clássico, ou seja, a proximidade com as infra-estruturas de transporte. De fundamental importância, são, sobretudo aquelas infra-estruturas que possibilitam uma circulação mais rápida, como as das autopistas rodoviárias, eixos que, fixos ao território, organizam uma rede de circulação, cuja espacialização é muito mais fixa do que as definidas pela comunicação por satélite, embora os percursos possam ser múltiplos, já que são traçados pelos veículos e não previamente pelo sistema. Nesse caso, a configuração que se organiza não é a da área com continuidade territorial, mas de uma *fluidez territorial* definida ao longo dos eixos de circulação (SPOSITO, 2007, p. 50. Grifo nosso).

O tipo de fluidez territorial deve ser discutido para entendimento das redes urbanas amazônicas, averiguando modalidades de fluxos que interligam cidades. Nesse contexto, existe demanda de alimentos no mercado urbano cujo atendimento vem alterando cada vez mais itens da dieta regional, sendo marcante a presença crescente de conservas, frango congelado, embutidos e outros produtos industrializados (MORAES; SCHOR ALVES-GOMES, 2010; MORAES, 2008; 2014). Igualmente outros alimentos industrializados chamados *junk food*⁷, recebem incentivo da empresa para que cheguem aos mais distantes rincões de países subdesenvolvidos. Na Amazônia, empresas multinacionais utilizam grandes barcos distribuidores que foram sendo paulatinamente substituídos por embarcações regionais menores pertencentes à economia popular urbana (o que reforça a proposição da existência do STUR), pois existe quantidade considerável de sujeitos portadores de habilidades para navegar e circular pelo território dispostos a atingir longínquos pontos de cidades pequenas, comunidades e aldeias.

No tocante aos grupos pertencentes ao capital mercantil que compõem a dinâmica do STUF, sete grupos se destacam pela quantidade de imóveis, portos, galpões, lojas e postos de combustíveis (Quadro 2). Os grupos Alírio, Brasileiro e Oliveira ampliaram nos últimos anos atividades em direção a rede urbana paraense, alocando investimentos no município de Terra Santa. O Grupo Natal concentra atividades em materiais de construção, água mineral e gás de cozinha (SILVA, 2018).

7 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/09/16/health/brasil-junk-food.html?smid=fb-share>. Acesso: 21 out. 2017.

Para Cano (2010), há uma metamorfose do capital mercantil antigo nas cidades para novas roupagens. São novas redes atacadistas, hotéis e supermercados, geralmente ocupados pelos descendentes de famílias tradicionais da região. São formas de capital que, muitas vezes, se transformam em capital industrial e bancários ou de financiamento. Mas sempre garantem sua participação no poder local de forma reacionária.

Sua presença no meio rural é conhecida pelas grandes fazendas. Mesmo assim, possuem sede privilegiada no meio urbano para organizar outras atividades, como especulação fundiária e imobiliária, sempre investindo em novas frentes de acumulação⁸. No contexto de Parintins, tal setor se beneficia da exploração de recursos regionais e conta com o trabalho disponível tanto nos interiores, quanto na cidade.

Quadro 2. Número total de imóveis para cada empresa comercial e mercadorias mais vendidas em Parintins e sub-região.

	Baranda	Brito	Alírio	Natal	Chiquinho	Grupo Brasileiro	Grupo Oliveira
Número total de imóveis	07	05	03	08	15	12	7
Portos particulares	1	-	-	2	1	-	-
Galpões	2	1	1	1	2	2	-
Lojas	3*	4	2 (1 em Terra Santa)	3	2	2*	-
Postos de combustíveis/ Postos Flutuantes	-	-	-	-	5	8 (1 em Terra Santa - PA; 1 em Juruti-PA e 1 na Vila Amazônia-Parintins)	7 (1 em Nhamundá e 1 em Terra Santa - PA)
Postos de venda de gás de cozinha	1	-	-	2	5	-	-
Mercadorias mais distribuídas em Parintins e/ou na sub-região pelas empresas comerciais.	Cesta Básica* Cimento Seixo Areia Ferragens	Ferragens Cerâmica Telhas Vaso Sanitário.	Ferragens Tintas Materiais Elétricos.	Cimento Tijolo Ferragens Gás de cozinha Água mineral.	Gás de cozinha Cimento Areia Ferro Seixo Material hidráulico Moto peças Auto peças Combustíveis.	Cesta Básica* Frios (Carnes, Frango, e outros); Combustíveis.	Combustíveis

*Grupos Baranda e Brasileiro são os dois maiores supermercados da cidade, não estando presentes nas tabelas indicações da enorme variedade de produtos distribuídos, indicados como Cesta Básica.

Fonte: Silva (2018)

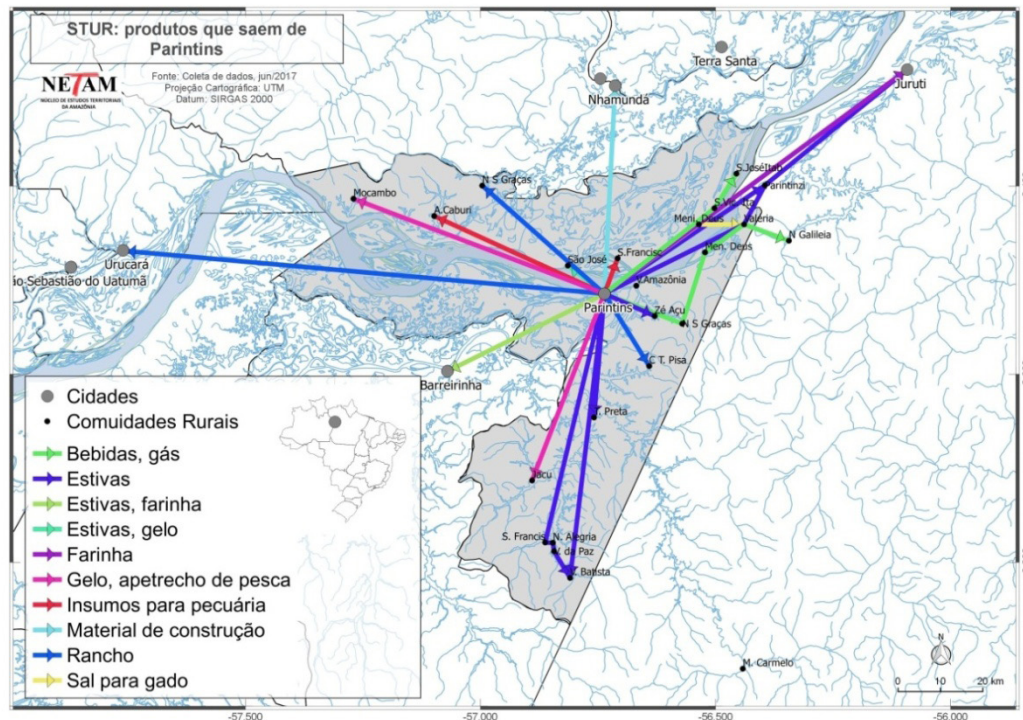
Devido sua posição, Parintins se torna um centro distribuidor de produtos industrializados oriundos tanto de Manaus como da rede urbana paraense. Cidades médias como

8 Em Parintins, os maiores produtores de gado são hoje os que mais investem no setor imobiliário local. O primeiro edifício residencial da cidade tem como proprietário um dos grandes fazendeiros. Um dos pecuaristas e dono de loja de materiais de construção entrevistados afirmou que o lucro do gado é cada vez menor, e que hoje prefere investir no setor imobiliário. Casas em diversos bairros da cidade são construídas e vendidas com auxílio de financiamentos de Programas Federais.

Parintins possuem especializações comerciais não existentes nas menores do seu entorno, como no caso de materiais de construção, onde os sete grandes grupos são responsáveis pela distribuição para municípios circunvizinhos e comunidades sob sua área de influência. Tais grupos acabam controlando também a distribuição de outras mercadorias como gás, estivas e alimentos industrializados, pois ao possuírem balsas próprias que trazem mercadorias da capital amazonense, contribuem para que nos últimos anos dominem e concentrem ainda mais os mercados locais.

Nas pequenas cidades locais do entorno, existem apenas estabelecimentos comerciais generalistas, que vendem de tudo, alimentos, eletrodomésticos e materiais de construção, adquiridos via Parintins (Fig. 3), transportados pela enorme quantidade de embarcações de madeira pertencentes a populares residentes nas cidades, que são os principais articuladores do STUR.

Figura 3: Rotas de produtos transportados de Parintins para interiores por embarcações de médio porte pertencentes ao STUR.



Fonte: Bartoli (2018a).

Cidades do Amazonas possuem perfis urbanos diferenciados, com outros papéis na rede, incorporando não somente as funções tradicionais (bancos, hospitais, serviços, comércio, transporte), mas também se consolidando a partir de outras dinâmicas: extrativismos, pesca, caça, agricultura de pequena escala, garimpos ilegais, tráfico de entorpecentes, etc. Junta-se a essa dinâmica as particularidades do transporte fluvial e a sazonalidade do regime hídrico, somando dimensões culturais, naturais, e temporalidades que não podem ser negligenciadas, caracterizando assim os diferenciais de tais redes das demais no Brasil.

Essas redes, fixos e fluxos só conseguem se estabelecer caso haja suporte para seu funcionamento, sendo chamados de *fluxos adjacentes*, que consistem em produtos

considerados insumos básicos para determinada atividade escolhida para análise: 1) fluxos de abastecimento de alimentos; 2) fluxos de abastecimento de combustível para as cidades; 3) fluxos de comunicação via telefone; 4) fluxos financeiros (MORAES 2012).

Segundo Bartoli (2017; 2018a), esses aportes teóricos e constatações empíricas são úteis na estruturação do modelo STUR, ampliando a análise das redes propondo que tais fluxos:

- a) são responsáveis pelo abastecimento de feiras e comércios populares com produtos regionais;
- b) fornecem itens para reprodução do capital mercantil de médias empresas urbanas;
- c) funcionam como 'retornos a territórios', pois redes locais de sujeitos da economia popular passam a reconstruir projetos via consolidação de coletivos organizados ou incentivos dos mercados de demandas urbanos, sem perder os laços umbilicais que tais populações possuem com suas comunidades de origem;
- d) modelam o espaço intraurbano alterando a morfologia da cidade, a partir da análise do conjunto de fixos em extensos bairros populares oriundos de ocupações irregulares.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A intensificação da circulação sub-regional, a partir das embarcações fluviais estimuladas pela relação intensa entre STUF e STUR, tem incentivado a circulação e aumento da absorção de recursos naturais regionais, impactando na qualidade ambiental das áreas de entorno da cidade.

A forma direta de relação entre o capital mercantil e os sistemas produtivos existentes nos interiores prejudica o papel da cidade enquanto mediadora no ordenamento territorial, ocorrendo processamento de recursos naturais com baixa qualidade de relações territoriais, tanto sociais quanto ambientais. Ilustra-se tal argumento com o exemplo da atividade madeireira. É realizada, na maioria das vezes, por trabalho informal e precário em longínquos pontos na mata. A retirada das toras ocorre com degradante exploração de trabalho humano e o processamento nas cidades é feito com grande porcentagem de metros cúbicos ilegais, na maior parte com mão-de-obra informal. A atividade é geradora de concentração de renda e impactos irreversíveis ao ecossistema, como a escassez no estoque natural de madeiras nobres que exige décadas para reposição (BARTOLI; COSTA; 2015). Essa relação causa maior impacto ambiental e exploração de trabalhadores pela insuficiente mediação urbana, evidenciada na fraca fiscalização ambiental e trabalhista, planos de manejo insuficientes e ausência de certificação ambiental. Outro problema advém da baixa agregação de valor, com madeiras exportadas em tábuas, configurando cadeias produtivas incompletas. A presença de balsas carregadas de madeira seguindo direto para madeireiras e exportadas sem beneficiamento, ou mesmo seguindo para outros municípios, tem sido cena frequente nos rios que cortam Parintins.

É notável, em diversas atividades com uso de madeira de Parintins, a inexistência de certificados de origem, principalmente o Documento de Origem Florestal (DOF). Isso ocorre mesmo existindo na cidade o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas (IDAM) como mediador para obtenção desse documento junto ao

Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM). A ausência de fiscalização coloca em xeque a exploração por meio de manejo, preocupa pela fragilidade dos mecanismos de controle, somado à distância das áreas onde ocorre a extração. Tais fatores impelem fragilidade ao setor moveleiro (Quadro 3) e isso passa a impactar, negativamente, no tipo de uso do território, cujo consumo gera demanda para extração ilegal sobrecarregando a capacidade de reposição natural das espécies. Já há uso ocasional de MDF nas movelarias locais pela falta de madeira no mercado local.

Quadro 3: Consumo de madeira no setor moveleiro de Parintins no ano de 2015.

Espécie		m ³ /mês	m ³ /ano	Consumo anual em m ³ de 48 movelarias
Nome popular	Nome científico			
Angelim	<i>Hymenolobium excelsum</i>	1,408	16,89	776,94
Muiracatiara	<i>Astronium lecointei</i>	0,52	6,24	287,04
Marupá	<i>Simaruba amara</i>	0,44	5,28	242,88
Freijó	<i>Cordia goeldiana</i>	0,66	7,92	364,32
Total		3,036	36,33	1.671,18

Fonte: Bartoli e Costa (2015).

A pressão antrópica sobre as margens dos rios do município é antiga devido ao acesso de navegabilidade e proximidade ao rio Amazonas, desde a colonização de base extrativa e, posteriormente, os ciclos de extração do pau-rosa e produção de juta, e atualmente a pecuária e extração madeireira. Diversos trabalhadores do ramo madeireiro informaram percorrer hoje distâncias cada vez maiores das margens para obtenção de toras, necessitando construir estradas de terra improvisadas para o arraste das toras. Nas entrevistas com pescadores, moveleiros e carpinteiros navais (BARTOLI, 2017), foi possível notar que a madeira ou o peixe que era retirado “logo ali” nas áreas mais próximas da cidade, se torna cada vez mais distante com o passar dos anos. No rio Uaicurapá, as cabeceiras vêm sofrendo intenso processo de desmatamento (Fig. 4). A insuficiente fiscalização e o sucateamento da base local do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) confirmam impactos severos nas outras cabeceiras de rio, apesar das sucessivas apreensões⁹ em incursões dos agentes locais.

Parte dos coletivos organizados se apoia em atividades com base em recursos naturais com uso de técnicas culturais locais. Assim, aparecem como mediadores importantes que canalizam tais produtos para a esfera urbana, com graus variáveis de valorização fornecidos para empresas maiores (madeireiras) ou uso popular nos bairros com uso para moradias e embarcações.

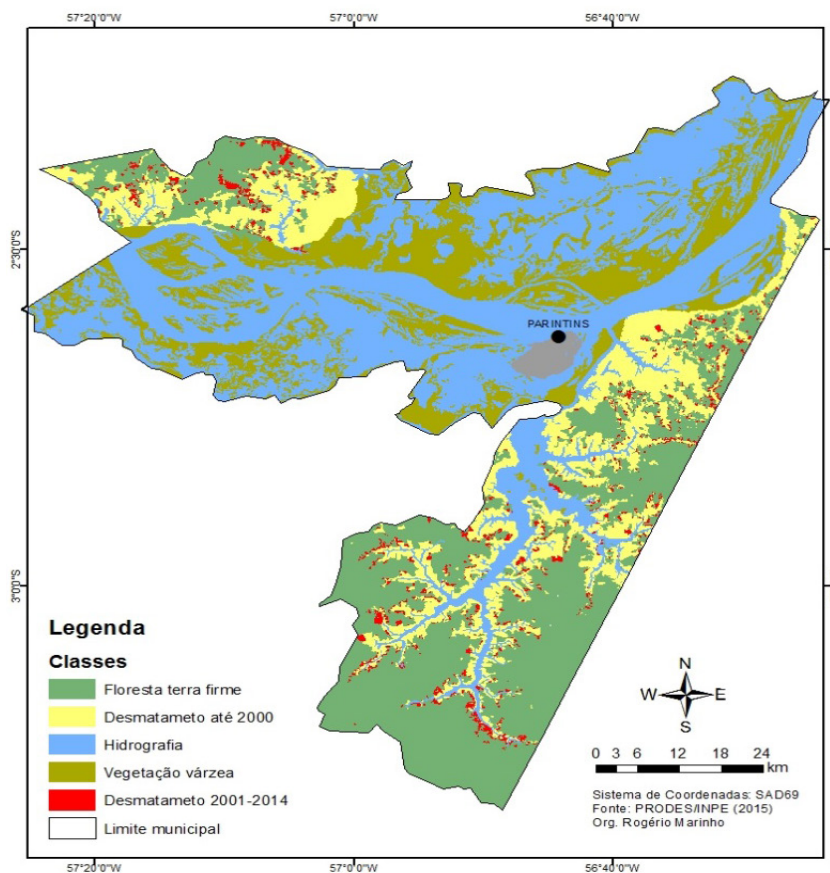
Conforme Bartoli (2017), a produção de embarcações regionais em tilheiros (estaleiros navais com uso de carpintaria) representa um uso social basilar para o funcionamento do STUR. O setor vem sofrendo competição e substituição de matéria-prima para fabricação de embarcações de madeira por ferro, aço ou alumínio, que implicam na utilização

⁹ Em março de 2016 o IBAMA realizou mais uma operação em Parintins. Apreendeu centenas de toras de madeira de lei extraídas ilegalmente <<http://www.ibama.gov.br/publicadas/ibama-embarga-115-hectares-e-aplica-r-1-milhao-em-multas-por-extracao-ilegal-no-am>>.

de materiais que, em longo prazo, aceleram a transformação entrópica, de alto impacto ambiental (rejeitos da mineração, desmatamento, abertura de crateras, etc.), além de não serem renováveis. De um lado, há o consumo de insumos de origem altamente impactante ligados à esfera de grandes empresas multinacionais. De outro, algumas espécies de madeira já começam a escassear ou tem preço elevado pela rapidez com que vem sendo exploradas. Algumas delas já não são mais encontradas como indicaram as entrevistas com produtores de móveis e carpinteiros navais em Parintins (BARTOLI, 2017, p. 213). Tais sujeitos relataram conhecer áreas de desmatamento relacionadas, em sua maior parte, à madeira ilegal consumida no município (Fig. 4)¹⁰.

Portanto, é necessário refletir sobre como as atividades da cidade 'transbordam' efeitos para seu entorno, pois o uso não predatório urbano só pode ser concebível dentro de um assentamento entrelaçado na trama ecológica de sua capacidade de suporte ambiental, isso ligado à produtividade primária de seus ecossistemas e não somente nos processos entrópicos internos da cidade (LEFF, 2008; ANGEOLETTO et al., 2016; ANGEOLETTO et al., 2019; RUMBLE et al., 2019). Duas das principais atividades econômicas consideradas como subsistemas territoriais de extração (madeira e pesca), fortemente dinamizadas pela relação STUF/STUR, dependem da qualidade das relações territoriais ambientais para continuidade.

Figura 4: Áreas de desmatamento no município de Parintins e pontos recentes de pressão antrópica.



Fonte: PRODES/INPE (2015).

¹⁰ Por questões de segurança não divulgaremos pontos específicos das áreas.

Esse quadro ambiental crítico salienta que a cidade processa enorme quantidade de recursos locais cumprindo papel de influenciar amplas porções do território. Isso é de suma importância nos saltos escalares presentes na relação STUF/STUR, pois toneladas de pescado são congelados pelos três frigoríficos médios na cidade e exportados a outras regiões do país, assim como ocorre com a maior parte da madeira extraída.

Uma das empresas que recebe parte do pescado é a Só Peixe (Quadro 5). Aproveitando a desorganização do setor, esta recebe espécies variadas e têm enorme lucro nos chamados peixes de pele lisa. Com a rejeição desses peixes pelo mercado local, formam-se preços baixos para venda local e acabam sendo distribuídos para vários estados brasileiros.

Quadro 5: Entrada de pescados de abril a dezembro de 2015 na empresa Só Peixe.

Espécie	Quilos	Espécie	Quilos	Espécie	Quilos
Dourada	46.400	Babão	7.403	Bacú	1.096
Surubim	144.540	Pirapitinga	352	Sardinha	301
Pirarara	56.424	Curimatã	3.207	Traíra	1.913
Filhote	13.781	Pacú	19.223	Orana	2.319
Mapará	100.118	Aruanã	45.248	Apapá	98
Furinha	43.815	Tucunaré	4.600	Cara De Gato	162
Jaú	8.291	Jaraqui	4.180	Bocudo/ Mandube	22.313
Piaba	58.759	Aracú	29.888	Acara-Açu	5.014
Pescada	20.608	Arraia	322	Matrinxã	1.282
Barbado	1.946	Piranambu	10.087		

Fonte: Empresa Só Peixe.

Os usos do território são ‘animados’ por redes de sujeitos que embasam suas práticas espaciais em atividade com forte carga cultural, atividades necessárias à continuidade da reprodução da vida do homem na Amazônia: pescar, manejar madeira, coletar ou plantar. Na medida em que se pretende pensar relações e práticas urbano-ribeirinhas que ultrapassem a posição e sítio, admitimos que há paulatina inserção dessas atividades na lógica urbana e mercantil com fatores de submissão ao mercado local, com aumento da demanda e consequente pressão aos estoques naturais de recursos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As especializações que surgem pela concentração populacional e densidade institucional indicam a qualidade das relações da cidade com o território. A quantidade de *links* e estratégias diversas pelas redes de sujeitos locais pode minimizar as relações de dependência e submissão a esferas locais de poder. Isso depende da qualidade dessas relações no processamento dos recursos em benefício das redes de sujeitos, que também advém da produção do conhecimento gerado nas Universidades locais e na valorização das pequenas produções locais socialmente importantes.

As três dimensões de responsabilidade territorial se inter-relacionam, aparecendo como propulsoras da esfera de influência de Parintins sobre seu entorno de cidades menores, comunidades e Terras Indígenas. A análise permite entendimento do tipo de ordenamento territorial fortemente influenciado pela relação entre STUR e STUF, muito mais intensa em uma cidade média que possui setor comercial que impulsiona a dinâmica de circulação popular formando redes sub-regionais.

Eis um dos desafios da abordagem territorial até então empreendida - descrever as relações funcionais entre sujeitos que produzem o território local valorando suas condições materiais e aspectos relacionais, sempre evidenciando a constante mudança na correlação de forças que tais sujeitos buscam alterar, buscando trunfos para que construam estratégias territoriais que lhes sejam úteis na reprodução de suas atividades econômicas ou para manutenção da vida no caso dos que compõem o STUR.

REFERÊNCIAS

ANGEOLETTO, Fabio; SANTOS, Jeater W.M.C.; RUÍZ SANZ, Juan Pedro; SILVA, Frederico F. da; ALBERTIN, Ricardo M. Tipología socioambiental de las ciudades medias de Brasil: aportes para un desarrollo urbano sostenible. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 8, n. 2, p. 272-287, 2016.

ANGEOLETTO, Fabio; FELLOWES, Mark D., ESSI, Liliana et al. Ecología urbana y planificación: una convergencia ineludible. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 23 (e17), 1-7, 2019.

BARTOLI, Estevan. Ações Indígenas Sateré-Mawé na Cidade de Parintins (AM) e a Formação de Sistemas Locais Territoriais Urbano-Ribeirinhos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA (SIMPURB), 14, 2015, Fortaleza. **Anais ...**

BARTOLI, Estevan. **O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)**. Presidente Prudente, 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, UNESP.

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia, Sistemas Territoriais e a Rede Urbana. **Mercator**, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.

BARTOLI, Estevan. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.

BARTOLI, Estevan; COSTA, Gleudson Marques da. Mediações Urbanas e Sistemas Territoriais: o caso da Associação de Moveleiros de Parintins (AM). **Marupiará**, v. 2, n. 2, p. 49 - 67, 2018.

BECKER, Bertha. Uma visão de futuro para o coração florestal da Amazônia. In: CGEE. **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, 2009. p. 37 -178.

BECKER, Bertha. **A urbe Amazônida**. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

BITOUN, Jan. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Lívia. (orgs.). **Desenvolvimento e Cidades: Contribuições para o Debate sobre as Políticas de Desenvolvimento Territorial**. Rio de Janeiro: FASE, Observatório das Metrôpoles, 2009.

Boyer, Robert. **L'apres-consensus de Washington: Institutionnaliste et systemique**. L'Ann_ee de la Régulation, 5. Paris, 2001.

BROWDER, John O.; GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira**. Manaus: Ed. UA, 2006.

- CANO, Wilson. **Reflexões Sobre o Papel do Capital Mercantil na Questão Regional e Urbana do Brasil**. Campinas, IE/UNICAMP, 2010. (Texto para Discussão, 177).
- COSTA, G. **Trabalho novo e uso dos recursos regionais: uma análise da dinâmica do circuito da madeira na cidade de Parintins/AM**. Parintins, 2015. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas, UEA.
- COSTA, Wanderley M. da. **Estruturas, dinâmicas e perspectivas: um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009. p.179 - 350.
- DEMATTEIS, Giuseppe. Il sistemi territoriali in un'ottica evoluzionista. In: DEMATTEIS Giuseppe; GOVERNA, Francesca. (orgs.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot**. Milano: Angeli, 2005.
- FREITAS, Carlos A. Souza de. **O Matadouro Frigorífico Osório Melo no Município de Parintins Enquanto Nódulo Mediador no Ordenamento Territorial**. Parintins, 2018. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas - UEA.
- GOVERNA, Francesca. Sul ruolo attivo della territorialità. In: DEMATTEIS Giuseppe; GOVERNA, Francesca. (org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello Slot**. Milano: Angeli, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MACHADO, Lia Osório. Sistemas e Redes Urbanas como Sistemas Complexos Evolutivos. In: LEMOS, Amália I.G.; CARLOS, Ana F.A. **Dilemas Urbanos**. São Paulo: Contexto, 2005.
- MORAES, André O. Peixe, farinha e frango congelado: rede urbana e alimentação na calha do rio Solimões. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15, 2008, São Paulo: 2008. **Anais ...**
- MORAES, André O. **Peixes, redes e cidades: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões - AM**. Manaus, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, UFAM.
- MORAES, André O. Embalando Mercados em Redes Urbanas: alimentação e pesca articulando cidades na Amazônia brasileira. In: SCHOR, T. (org.). **Dinâmica Urbana na Amazônia**. Manaus: Valer, 2014. v.1.
- MORAES, André O.; SCHOR, Tatiana; ALVES-GOMES, José. O Mercado de Bagres e a Configuração da Rede Urbana no Alto e Médio Solimões, Amazonas, Brasil. **Caderno Prudentino de Geografia**. v.1, n.32, p. 93-110, 2010.
- MULS, Leonardo M. Desenvolvimento Local, Espaço e Território: O Conceito de Capital Social e a Importância da Formação de Redes entre Organismos e Instituições Locais. **Revista Economia**, p. 1-21, 2008.
- OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, Tatiana. Reflexões Metodológicas sobre o Estudo da Rede Urbana no Amazonas e Perspectivas para a Análise das Cidades na Amazônia Brasileira. **Acta Geográfica**, v.5, ed. Esp., p. 15-30, 2011.
- PRODES/INPE. **Programa Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais**. São José dos Campos, 2015. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes> Acesso: em 15 dez. 2019.
- RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RAFFESTIN, Claude. A produção das Estruturas Espaciais e sua Representação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- RAFFESTIN, Claude; BRESSO, Mercedes. **Travail, Space, Pouvoir**. Lausanne: L' Age d' Homme, 1979.
- RUMBLE, Heather; ANGEOLETTO, Fabio; CONNOP, Stuart et al. Understanding and applying ecological principles in cities. In: LEMES DE OLIVEIRA, F.; MELL, I. (Eds.). **Planning Cities with Nature: Theories, Strategies and Methods**. Amsterdam: Springer Nature, 2019. p. 217-234. doi.org/10.1007/978-3-030-01866-5_15.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Ed. USP, 2004.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Por uma Geografia das Territorialidades e das Temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Parintins: a geografia da saúde na formação da cidade média de responsabilidade territorial. In: BARTOLI, Estevan et al. **Parintins**: Sociedade, Territórios & Linguagem. Manaus: Ed. UFAM, 2016. p. 35-58

SILVA, Fernando. **Capital Mercantil, Transportes Fluviais e a Rede Urbana Sub-Regional de Parintins-AM**. Parintins, 2018. Monografia de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade do Estado do Amazonas, UEA.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O Estudo das Cidades Médias Brasileiras: uma proposta Metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.) **Cidades Médias**: espaços em transição. São Paulo, Expressão popular, 2007. p. 35-67.

STEINBERGER, Marília; TAIGUARA, Raiol A. Patamar Urbano de Poder na Amazônia Nrasileira: uma proposta preliminar para discussão. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais ...**

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair C. da. Cidades na Floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista ieb**, n. 50, p. 13-138, 2010.

Data de submissão: 24/ fev./ 2019

Data de aceite: 06/ ago./ 2019